

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Nota 01 – Contexto Operacional

A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE) é um órgão público do poder executivo estadual, constituída conforme a Lei Estadual nº 12.691, de 16 de maio de 1997, e alterações posteriores, inscrita no CNPJ sob o número 01.869.566/0001-17, tendo sua sede administrativa localizada na Avenida Bezerra de Menezes, 581, São Gerardo, CEP: 60.325-003 – Fortaleza/CE.

O órgão tem por objetivo zelar pela ordem pública e pela incolumidade das pessoas e do patrimônio, coordenando, controlando e integrando as ações da Polícia Civil do Ceará, Polícia Militar do Ceará, Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, Perícia Forense do Estado do Ceará e Academia Estadual de Segurança Pública.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2017, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Essas informações foram extraídas do Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, que contempla os atos e fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Estadual, sempre em observância aos Princípios de Contabilidade e, de forma gradativa, as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

Nota 02 – Base de Apresentação

As demonstrações financeiras constantes no e-Contas foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as



disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Nota 03 – Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional Nacional.

Nota 04 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Execução Orçamentária

É importante salientar que esta Pasta não apresenta receita própria, tendo em vista possuir designação executória, sendo esta custeada por verbas repassadas pelo Tesouro Estadual e Receitas de Convênios.

4.2. Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas

A Padronização dos registros contábeis da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, unidade gestora 100001, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

4.3. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa,



discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

4.4. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

A estrutura desta demonstração contempla os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recurso (destinação vinculada ou destinação ordinária).

4.5. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A estrutura desta demonstração contempla os termos que evidenciam a classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, além do grupo de contas do patrimônio líquido.

Considerando as rotinas patrimoniais e diretrizes de gestão patrimonial dos órgãos da Administração Pública Direta do Estado do Ceará, dentre os quais está inserido nosso ente jurisdicionado, observando centralização geral e referenciada sob tutela da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, em 2017, a unidade gestora da SSPDS (100001) manteve atuação sobre o ajuste contábil dos bens móveis e imóveis, assim como, sobre as reduções relativas a depreciações, exaustões e amortizações. Todavia, em razão da não conclusão do Sistema Patrimonial desenvolvido de forma padronizada pela SEPLAG, bem como a integração com e a plataforma gerencial e contábil S2GPR, as ações não foram concluídas. Acerca do tema, a tempestividade não pode ser considerada prejudicada posto que prevalecem os instrumentos formais e legais de conteúdo constante nos decretos nº 31.340, de 05 de novembro de 2013, o 31.400, de 14 de janeiro de 2014, o nº 31671/2015 e o nº 32.119/2016, datado de 30 de dezembro de 2016, o qual altera o Art. 38 do anterior estabelecendo o prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens



adquiridos em exercícios anteriores ao ano de 2014 para dezembro de 2017 para bens móveis e imóveis.

Os citados decretos demonstram reiteração de prorrogação de prazos que caracterizaram justamente a orientação de padronização de procedimentos e a exigência do uso de ferramenta própria. Inclusive, cabe ressaltar que o art.38 teve nova redação no Decreto nº 32.515/2018, publicado no D.O.E nº 018, datado de 25 de janeiro de 2018, alterando o prazo supramencionado para o mês de junho de 2018. Diante do exposto, os eventos inerentes ao Balanço Patrimonial merecem visão diferenciada considerando os pressupostos ora referendados e a exigência de padronização de inventário imposta pelo Estado como meio de aperfeiçoamento de gestão. Outrossim, o Jurisdicionado SSPDS obedece à efetiva gestão patrimonial atuando de forma própria e indisponível dentro de suas limitações, igualmente os demais entes da administração direta.

Nota 05 - Balanço Orçamentário (BO)

Para o preenchimento deste balanço, utilizam-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento Aprovado: Previsão da Receita e Fixação da Despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do Orçamento: Realização da Receita e Execução da Despesa) do plano de contas.

A Previsão Inicial da Receita está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita) adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita). O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária).

A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação).



Quadro 01 – Composição da dotação atualizada

5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	R\$ 70.132.017,00
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional	R\$ 15.681.082,18
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	R\$ 15.729.477,96
(=) Dotação Atualizada	R\$ 70.083.621,22

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2017).

Quadro 02 – Composição da receita realizada

6.2.1.2 – Receita Realizada	R\$ 900.436,29
(-) 6.2.1.3 – Deduções da Receita Realizada	R\$ 4.833,48
(=) Receita Realizada (valores líquidos)	R\$ 895.602,81

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2017).

A despesa empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago).

Quadro 03 – Previsão e execução da despesa por tipo de crédito

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	70.132.017,00	70.083.621,22	67.922.917,39	60.691.211,23	59.243.223,09

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2017).

As despesas orçamentárias totalizaram o valor atualizado de R\$ 70.083.621,22 (setenta milhões oitenta e três mil seiscentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos), detalhadas conforme quadro abaixo:

Quadro 04 – Dotação atualizada por despesa orçamentária

Despesa Orçamentária	Dotação Atualizada	%
Despesa de pessoal	R\$ 10.944.368,00	15,62
Outras despesas correntes	R\$ 55.479.904,21	79,16
Investimentos	R\$ 3.659.349,01	5,22
Total	R\$ 70.083.621,22	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2017).

A Despesa de Pessoal acima é composta principalmente por Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (319011), que corresponde a 91,29% do recurso disponível para a supracitada despesa orçamentária. No que tange a Outras Despesas Correntes é composta principalmente pelas contas Locação de Mão-de-obra (339037), Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (339039) e Material de Consumo (339030), que correspondem juntas a aproximadamente a 88,39% do total previsto. Já a conta investimentos é composta principalmente pelas contas obras e instalações (449051), equipamentos e material permanente (449052) e Auxílios (444042) que correspondem a 74,00% do total previsto na despesa orçamentária 44 (investimentos).

No que concerne às despesas previstas no quadro anterior, obtivemos índices de execução conforme quadro demonstrativo abaixo, no qual é possível observar um aproveitamento satisfatório, tendo em vista apresentar um índice de execução de aproximadamente 96,92% das despesas orçadas.

Quadro 05 – Comparativo Execução (Dotação atualizada x Dotação empenhada)

Despesa Orçamentária	Dotação Atualizada	Dotação Empenhada	% Execução
<i>Despesa com pessoal</i>	R\$ 10.944.368,00	R\$ 10.689.986,60	97,68
<i>Outras despesas correntes</i>	R\$ 55.479.904,21	R\$ 54.489.330,70	98,21
<i>Investimentos</i>	R\$ 3.659.349,01	R\$ 2.743.600,09	74,97
Total	R\$ 70.083.621,22	R\$ 67.922.917,39	96,92

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2017).

Nota 6 - Balanço Financeiro (BF)

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada – 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

Já as despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, em obediência ao parágrafo único do art. 103 da Lei 4.320/1964 e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado).

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas (4.5.1) e Concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Já o grupo de pagamentos extraorçamentários são evidenciados os pagamentos não submetidos ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte representam o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa ao final do exercício (1.1.1.1.1).

A receita e despesa vinculadas correspondem a recursos de convênios - fonte 82.

Em análise junto ao Balanço Financeiro é possível observar a retração nas Transferências Financeiras Recebidas em aproximadamente 2,08%, bem como o aumento nos Recebimentos Extraorçamentários equivalente a 31,62%, se comparado com o exercício de 2016. O acréscimo nos Recebimentos Extraorçamentários é motivado pelo aumento da execução de restos a pagar, haja vista passar de R\$ 3.965.618,85 (três milhões novecentos e sessenta e cinco mil seiscentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos) em 2016, para R\$ 7.231.706,16 (sete milhões duzentos e trinta e um mil setecentos e seis reais e dezesseis centavos), em 2017.

Nota 7 - Balanço Patrimonial (BP)

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações.

Os estoques demonstrados no Balanço Patrimonial são avaliados pelo preço médio ponderado das compras, conforme disposto no art. 106, inciso III da Lei 4.320/64. Em análise ao estoque observamos o crescimento de aproximadamente 12,85%, totalizando um saldo de R\$ 3.221.408,36, se comparado com exercício de 2016.



A conta do imobilizado é dividida em bens móveis e imóveis. É possível observar na composição dos bens móveis um acréscimo de R\$ 2.712.684,12 (dois milhões setecentos e doze mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e doze centavos). Na composição do referido valor destacamos as contas Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (1.2.3.1.1.01), Bens de Informática (1.2.3.1.1.02) e Veículos (1.2.3.1.1.05) que representam 90,95% do total. Esse valor é referente à aquisição de equipamentos e veículos necessários para substituição e renovação de bens que se tornaram obsoletos. No que diz respeito aos bens imóveis constatamos o acréscimo no valor total de R\$ 1.786.515,88 (um milhão setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e quinze reais e oitenta e oito centavos), o referido aumento corresponde ao pagamento de desapropriação de terrenos, na conta Terrenos (1.2.3.2.1.01.03), bem como o incremento na conta Edifícios (1.2.3.2.1.01.02) correspondente a construção das delegacias do 32º DP e Limoeiro do Norte/CE, estudos e projetos e bens provenientes de fundos.

Não é possível detalhar determinados tipos de agrupamentos de contas evidenciados no Balanço Patrimonial, uma vez que o Estado é obrigado a seguir a estrutura padrão do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essa estrutura padrão definida pela STN permite a harmonização e comparabilidade das demonstrações contábeis de todos os entes federados, facilitando a consolidação das contas nacionais.

Em virtude dessa impossibilidade de detalhamento da estrutura do próprio balanço é que foi gerado o quadro 6 e 7 decompondo o valor do grupo Demais Obrigações a Curto Prazo e da conta Outras Obrigações a curto prazo, tendo em vista que esta representa 98,66%, do saldo constante na conta Demais Obrigações de Curto Prazo.

Quadro 06 – Outras obrigações a curto prazo

Código	Título	Exercício Atual	Débito	Crédito	Exercício Anterior	Diferença
2.1.8	Demais Obrigações de Curto Prazo	R\$ 1.237.214,50	R\$ 7.737.187,49	R\$8.868.685,71	R\$ 105.716,28	R\$ 1.237.214,50
2.1.8.8	Valores Restituíveis	R\$ 16.553,22	R\$ 4.910.916,91	R\$4.908.698,31	R\$ 18.771,82	R\$ 16.553,22
2.1.8.9	Outras Obrigações a Curto Prazo	R\$ 1.220.661,28	R\$ 2.826.270,58	R\$3.959.987,40	R\$ 86.944,46	R\$ 1.220.661,28

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2017).

Quadro 07– Outras obrigações a curto prazo

Código	Título	Exercício Atual	Débito	Crédito	Exercício Anterior	Diferença
2.1.8.9	Outras obrigações a Curto Prazo	R\$ 1.220.661,28	R\$ 2.826.270,58	R\$3.959.987,40	R\$ 86.944,46	R\$ 1.220.661,28
2.1.8.9.1	Outras obrigações a Curto Prazo – Consolidação.	R\$ 30.661,28	R\$ 2.272.442,12	R\$2.216.158,94	R\$ 86.944,46	R\$ 30.661,28
2.1.8.9.1.02	Diárias a Pagar (F)	R\$ 30.661,28	R\$ 1.933.482,03	R\$1.877.198,85	R\$ 86.944,46	R\$ 30.661,28
2.1.8.9.3	Outras Obrigações a Curto Prazo – Inter OFSS - União	R\$ 1.190.000,00	R\$ 103.828,46	R\$ 1.293.848,46	R\$ 0,00	R\$ 1.190.000,00
2.1.8.9.3.05	Convênios a Pagar	R\$ 1.190.000,00	R\$ 103.828,46	R\$1.293.848,46	R\$ 0,00	R\$ 1.190.000,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2017).

A conta ajuste de exercícios anteriores apresentou variação de R\$ 798.104,77 (setecentos e noventa e oito mil cento e quatro reais e setenta e sete centavos), na qual correspondente a liquidações de despesas efetivas do elemento 92 (Despesas de Exercícios Anteriores). Estas são contabilizadas utilizando-se como contrapartida a conta de ajustes de exercícios anteriores, haja vista que não são despesas do exercício.

Tratando agora do que estabelece o art. 105 da lei 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia o total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

O ativo financeiro é obtido pelo somatório do saldo final das contas do ativo (Grupo 1) que possuem o atributo F. Já o ativo permanente compreende a soma dos saldos das contas do ativo que possuem o atributo P. Obtêm-se o valor do passivo financeiro através do somatório dos saldos finais das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo F, e o saldo das contas de crédito empenhado a liquidar e restos a pagar não processados a liquidar. E, por fim o passivo permanente compreende a soma dos saldos das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo P.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105: "O Passivo

Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se no quadro 05. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

Quadro 08 – Composição do passivo financeiro

Passivo (Atributo F)	R\$ 1.468.114,24
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	RS 7.231.706,16
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	RS 87.069,58
(=) Passivo Financeiro	R\$ 8.786.889,98

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2017)

Nota 8 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

As Variações Patrimoniais Quantitativas do Balanço do Estado do Ceará são elaboradas utilizando-se as classes 3 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Na classe 3 estão as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e na classe 4 estão as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).

Já as Variações Patrimoniais Qualitativas, que correspondem às variações decorrentes da execução orçamentária que não afetam o patrimônio líquido, são elaboradas utilizando-se a classe 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Para os grupos de Incorporação do Ativo e Desincorporação do Passivo são utilizadas as contas de despesas liquidadas. Já os grupos de Incorporação do Passivo e Desincorporação do Ativo são elaborados utilizando-se a conta de receita realizada.

A DVP apresentou superávit, no exercício de 2017, no valor de R\$ 3.180.548,43 (três milhões cento e oitenta mil quinhentos e quarenta e oito reais reais e quarenta e três centavos), muito embora tenha se observado a redução das transferências recebidas em aproximadamente 2,65%, se comparado com o exercício de 2016. O superávit foi gerado

principalmente por incorporações na conta 4.9.9.9.1.34 – Incorporação de Bens Provenientes de Fundos, no valor total de R\$ 3.130.528,74, cuja aquisições mais expressivas, que somam 81,07 % do montante, foram detalhadas no quadro abaixo. É de bom alvitre informar que serão solicitadas as desincorporações destes valores para a contabilidade de outros entes jurisdicionados os quais são nominados como efetivamente favorecidos tendo em vista o previamente estabelecido na origem das mencionadas aquisições e suas respectivas contratações. Trata-se de execução orçamentária originada e diretamente registrada pelo Fundo de Defesa Social que tratou da incorporação ao Jurisdicionado SSPDS. Todavia, considerando a divergência dos órgãos que figuram como favorecidos e usuários dos bens, em que pese pertencerem ao Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará, possuem autonomia orçamentária, contábil e patrimonial, motivo pelo qual, os registros merecem ajustes e estes serão providenciados com a maior celeridade possível, sob a égide dos critérios da legalidade procedimental em lide e o acompanhamento operacional/contábil do ente Fazendário SEFAZ/CE.

Destino	Objetivo	Valor
PMCE	Modernização do Parque Tecnológico da PMCE	R\$ 1.195.995,76
CBMCE	Apoio às ações de Fiscalização da Coordenadoria de Atividades Técnicas	R\$ 404.789,00
CBMCE	Fortalecimento ds ações Operacionais do CBMCE	R\$ 322.500,00
CBMCE	Fortalecimento ds ações Operacionais do CBMCE	R\$ 101.349,60
CBMCE	Construção de uma nova Unidade do Corpo de Bombeiros	R\$ 173.499,63
CBMCE	Construção de uma nova Unidade do Corpo de Bombeiros	R\$ 123.894,38
CMCB	Manutenção das dependências do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros	R\$ 110.328,91
		R\$ 105.786,88
TOTAL		R\$ 2.538.144,16

A secretaria não dispõe de arrecadação de receita própria ficando na dependência de transferências financeiras do Tesouro Estadual. Nas variações patrimoniais quantitativas diminutivas, as transferências recebidas no valor de R\$ 60.909.822,49 (sessenta milhões novecentos e nove mil oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos) correspondem às transferências financeiras recebidas de tesouro e suportaram as atividades do órgão, uma vez que as variações patrimoniais diminutivas correspondem a desincorporação de bens (não onerosa) para as vinculadas, conforme quadro seguinte:

Quadro 09 – VPD's por Grupo de Despesa

Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 61.880.531,57	100,00%
3.1 – Pessoal e encargos	R\$ 10.786.916,46	17,44%
3.2 – Benefícios previdenciários e assistenciais.	R\$ 0,00	0,00%
3.3 – Uso de bens, serviços e consumo de capital Fixo	R\$ 49.079.934,55	79,32%
3.5 – Transferências concedidas	R\$ 479.000,00	0,77%
3.7 – Tributárias	R\$ 9.392,28	0,01%
3.9 – Outras variações patrimoniais diminutivas.	R\$ 1.524.788,28	2,46%
Total deduzido as outras variações patrimoniais diminutivas.	R\$ 60.355.743,29	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2017).

O grupo *Pessoal e Encargos* é composto essencialmente pelas contas *Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (319011)*, *Obrigações Patronais (319013 e 319113)* e *Ressarcimento de Despesa de Pessoal (319096)* que correspondem a aproximadamente 99,09% do supracitado grupo.

No que concerne ao grupo *Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo*, correspondem a despesas de custeio, na qual a composição que apresenta a maior relevância são as contas: *Locação de Mão-de-obra (339037)*, *Material de Consumo (339030)* e *Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)* que juntas totalizam o percentual de 99,91% do supracitado grupo.

Nota 9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

O demonstrativo da dívida flutuante compreende os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos de diversas origens e os débitos de tesouraria.

Pela análise do demonstrativo percebe-se que o saldo da dívida para o exercício de 2017 foi superior ao do exercício de 2016 em aproximadamente 29%. Esse acréscimo deve-se principalmente ao aumento significativo do valor inscrito em restos a pagar no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016, motivado dentre eles pela atualização e expansão do Sistema Integrado de Suporte às Operações de Segurança – SI-SOS, no valor total de R\$ 1.746.829,00 (Um milhão setecentos e quarenta e seis reais, oitocentos e vinte e nove centavos) que ocorreu no final de dezembro de 2017, dado que somente 1,33% dos



restos a pagar inscritos em exercícios anteriores não foram liquidados, pagos ou cancelados em 2017.

As informações deste demonstrativo podem ser confrontadas com o total do passivo financeiro no balanço patrimonial, com os restos a pagar e consignações pagas e inscritas no balanço financeiro e com as informações de restos a pagar do demonstrativo de execução de restos a pagar.

A composição da execução de restos a pagar processados evidenciados no demonstrativo da dívida fluante está demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 10 - BAIXAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2017
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	R\$ 74.880,24
(-) Pagamento de Consignações de Exercícios Anteriores (Débitos - Créditos do Subgrupo de Contas 2.1.8.8.1.01.02)	R\$ 0,00
(=) Pagamento de RPP líquido das Consignações Pagas de Exercícios Anteriores	R\$ 74.880,24
(+) Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	R\$ 31.780,58
Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP)	R\$ 106.680,82

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2017).

Nota 10 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido relativas às atividades operacionais, às transferências recebidas e aos outros ingressos operacionais.

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas relativas às atividades operacionais, às transferências concedidas e aos outros desembolsos operacionais.

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa a soma dos três fluxos e a variação do caixa e equivalente de caixa corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1) do exercício de referência.

Ranieri Rodrigues Paschoa
Contador na SSP/RS
CRC-04/0101/2010-2
CPF: 720.824.879-70